

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE
FERTILIZANTES

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes
Camaçari - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 16 às demonstrações contábeis, que indica que parte substancial das transações é efetuada com partes relacionadas de acordo com as condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa Nº 2.22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as divulgações e valores correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos de alteração da prática contábil e no aprimoramento de divulgação em notas explicativas, com o objetivo de demonstrar comparabilidade

e consistência das demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Exame dos valores apresentados para fins de comparação

As demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado em 20 de março de 2020, não continha qualquer modificação, apenas continha parágrafo de ênfase referente a transações relevantes com partes relacionadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Antomar de Oliveira Rios
Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019			31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	01/01/2019
ATIVOS CIRCULANTES															
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.448	26.372	11.506	29.963	27.515	14.202	Fornecedores	13	32.833	27.785	42.769	36.534	34.899	51.680
Contas a receber de clientes	5	69.754	40.489	55.675	97.570	49.576	69.341	Empréstimos e financiamentos	14	109.910	75.013	25.743	155.486	98.021	47.695
Contratos futuros	6	8.893	5.318	-	11.900	8.041	-	Instrumentos financeiros derivativos	24	42.165	21.285	-	39.520	21.008	-
Estoques	7	377.001	375.704	341.906	540.807	531.943	473.821	Salários, provisões e encargos sociais	-	8.259	7.281	6.121	9.489	8.255	7.275
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	5.887	-	-	7.321	Impostos e contribuições a recolher	-	23.213	1.300	1.098	23.528	1.565	1.491
Tributos a recuperar	8	45.084	29.921	34.136	62.316	43.236	40.249	Dividendos a pagar	-	825	825	825	825	825	825
Outros créditos	-	24.857	19.209	2.038	31.150	25.597	6.529	Adiantamentos de clientes	19	114.957	73.329	61.243	144.568	91.356	89.419
Total dos ativos circulantes	-	542.037	497.013	451.148	773.706	685.908	611.463	Arrendamento mercantil	18	1.290	639	-	1.733	1.037	-
								Outras contas a pagar	-	8.245	1.098	8.447	8.871	1.261	9.132
								Total dos passivos circulantes	-	341.697	208.555	146.246	420.554	258.227	207.517
ATIVOS NÃO CIRCULANTES															
Contas a receber de clientes	5	21.834	7.397	8.629	21.834	7.397	8.629	NÃO CIRCULANTES							
Partes relacionadas	16	30.177	39.847	41.646	556	556	47.105	Partes relacionadas	16	339.260	568.375	502.681	701.117	846.994	697.069
Tributos a recuperar	8	36.399	36.399	20.804	58.246	58.246	84.059	Empréstimos e financiamentos	14	115.273	71.885	81.292	115.273	78.453	89.789
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	64.663	62.239	52.188	94.330	95.099	388	Arrendamento mercantil	18	2.226	1.772	-	3.629	3.586	-
Depósitos judiciais	17	165	149	171	248	204	1.581	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	4.157	3.509	2.420	4.365	3.609	2.547
Outros créditos	-	-	-	-	2.841	2.839	-	Total dos passivos não circulantes	-	460.916	645.541	586.393	824.384	932.642	789.405
Investimento em controlada	9	149.483	208.589	253.924	-	-	-								
Propriedade para investimento	10	1.624	1.624	1.624	1.624	1.624	1.624	PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativo de direitos de uso	18	2.852	2.202	-	4.460	4.287	-	Capital social	20	304.906	304.906	304.906	304.906	304.906	304.906
Imobilizado	11	141.495	123.304	113.158	278.288	260.575	251.395	Ajustes de avaliação patrimonial	-	9.163	9.526	9.900	9.163	9.526	9.900
Intangível	12	5.384	7.361	5.622	202.305	206.162	206.397	Prejuízos acumulados	-	(120.569)	(182.404)	(98.531)	(120.569)	(182.404)	(98.531)
Total dos ativos não circulantes	-	454.076	489.111	497.766	664.732	636.989	601.734	Total do patrimônio líquido	-	193.500	132.028	216.275	193.500	132.028	216.275
TOTAL DOS ATIVOS		996.113	986.124	948.914	1.438.438	1.322.897	1.213.197	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		996.113	986.124	948.914	1.438.438	1.322.897	1.213.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$ - exceto o resultado básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	1.929.650	1.588.225	2.436.773	2.018.843
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	22	(1.703.470)	(1.536.281)	(2.181.927)	(1.975.127)
LUCRO BRUTO		226.180	51.944	254.846	43.716
RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas comerciais	22	(23.157)	(14.731)	(25.466)	(19.225)
Despesas gerais e administrativas	22	(18.910)	(19.073)	(18.894)	(27.096)
Honorários da Administração	16.2 e 22	(5.719)	(3.800)	(5.719)	(3.800)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	(1.085)	2.191	(1.509)	2.764
Resultado de equivalência patrimonial	9	(59.106)	(45.335)	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		118.203	(28.804)	203.258	(3.641)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	4.458	4.619	5.218	5.174
Despesas financeiras	23	(37.749)	(39.257)	(49.749)	(51.398)
Variação cambial	23	(4.779)	(30.856)	(75.401)	(45.422)
Total do resultado financeiro		(38.070)	(65.494)	(119.932)	(91.646)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		80.133	(94.298)	83.326	(95.287)
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	15	(21.085)	-	(21.085)	-
Diferido	15	2.424	10.051	(769)	11.040
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		61.472	(84.247)	61.472	(84.247)
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		25,12	(34,43)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	61.472	(84.247)	61.472	(84.247)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>61.472</u>	<u>(84.247)</u>	<u>61.472</u>	<u>(84.247)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	304.906	9.900	(98.531)	216.275
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(374)	374	-
Prejuízo do exercício	-	-	(84.247)	(84.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	304.906	9.526	(182.404)	132.028
Realização do custo atribuído ("deemed cost"), líquido de impostos	-	(363)	363	-
Lucro líquido do exercício	-	-	61.472	61.472
Saldos em 31 de dezembro de 2020	304.906	9.163	(120.569)	193.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		61.472	(84.247)	61.472	(84.247)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11 e 12	15.017	13.223	18.759	16.997
Valor justo dos estoques e dos compromissos	22	(57.488)	25.604	(74.578)	34.081
Amortização de direitos de uso	18	1.120	1.154	1.597	1.602
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	9 e 22	-	-	3.117	3.388
Amortização dos custos de captação	14.2	223	222	223	222
Resultado de equivalência patrimonial	9	59.106	45.335	-	-
Ajuste a valor presente, líquido		23.894	19.953	32.066	27.092
Juros e variações monetárias sobre partes relacionadas	16	133.392	40.586	210.535	55.323
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.2	38.855	12.221	45.982	15.407
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	18	692	306	937	569
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	23 e 24.5	(138.288)	5.502	(148.602)	5.499
Resultado na baixa de ativo imobilizado e direito de uso	11 e 22	204	544	474	727
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(2.424)	(10.051)	769	(11.040)
Constituição (reversão) de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5 e 22	(155)	1.018	(170)	1.275
Perdas estimadas em ativo imobilizado	11 e 22	4	474	4	465
Perda estimada em estoques	7	147	147	466	466
Constituição (reversão) para perda de outros ativos		175	(134)	196	44
Perda efetiva de outros ativos		-	379	-	661
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17 e 22	648	1.089	756	1.062
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(42.371)	18.973	(60.824)	23.742
Estoques		80.017	(112.200)	99.184	(155.750)
Tributos a recuperar		374	(27.603)	(7.402)	(33.273)
Depósitos judiciais		(16)	22	(16)	184
Outros créditos		(5.931)	(17.302)	(5.866)	(20.810)
Fornecedores		5.048	(13.349)	1.635	(15.146)
Salários, provisões e encargos sociais		978	1.160	978	981
Impostos e contribuições a recolher		6.201	16.258	6.201	18.901
Adiantamentos de clientes		41.628	12.086	53.212	1.937
Outras contas a pagar		7.147	(7.349)	11.116	(7.872)
Juros pagos	14.2	(7.691)	(7.902)	(9.900)	(10.568)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>221.978</u>	<u>(63.881)</u>	<u>242.321</u>	<u>(128.081)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Receita com venda de ativo imobilizado	22	-	95	-	139
Adições ao ativo imobilizado	11	(30.785)	(24.027)	(35.558)	(28.423)
Adições ao intangível	12	(371)	(3.741)	(371)	(3.741)
Recebimento de recursos de partes relacionadas - líquido		9.670	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(21.486)</u>	<u>(27.673)</u>	<u>(35.929)</u>	<u>(32.025)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Instrumentos financeiros derivativos liquidados	24.5	159.168	21.670	167.114	22.830
Captação de empréstimos e financiamentos	14.2	167.284	49.370	202.926	62.121
Amortização de empréstimos e financiamentos	14.2	(120.386)	(14.048)	(144.946)	(28.192)
Pagamento de arrendamento mercantil	18	(1.357)	(1.244)	(1.968)	(1.828)
Captação (pagamento) com partes relacionadas, líquido		<u>(415.125)</u>	<u>50.672</u>	<u>(427.070)</u>	<u>118.488</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(210.416)</u>	<u>106.420</u>	<u>(203.944)</u>	<u>173.419</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(9.924)</u>	<u>14.866</u>	<u>2.448</u>	<u>13.313</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	26.372	11.506	27.515	14.202
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	16.448	26.372	29.963	27.515
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(9.924)</u>	<u>14.866</u>	<u>2.448</u>	<u>13.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CIBRAFÉRTIL - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída como uma sociedade por ações de capital fechado, a Cibrafertil - Companhia Brasileira de Fertilizantes ("Companhia" ou "Grupo") está localizada no COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari), município de Camaçari, estado da Bahia, e tem por objeto social a produção, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos, desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, apresentadas são relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e abrangem a Companhia e sua subsidiária integral Agro Industrial São Luiz Ltda. ("Investida", "Controlada" ou "Agro Industrial").

A Agro Industrial São Luiz Ltda. é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo principal objetivo é a comercialização, mistura e industrialização de fertilizantes e corretivos químicos, importação e exportação de fertilizantes e corretivos químicos. As formulações dos seus compostos variam dependendo da necessidade de cada cliente, região e cultura. Suas atividades preponderantes consistem na mistura e comercialização de fertilizantes minerais ou químicos e na prestação de serviços de transporte.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava prejuízos acumulados de R\$120.569 (R\$182.404 em 31 de dezembro de 2019). A Administração prevê a geração de caixa decorrente de sua operação comercial em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia, lucros futuros e o aporte dos acionistas para buscar o equilíbrio econômico e financeiro da Empresa. Além disso, a Administração da Companhia vem implementando ações alinhadas com o seu planejamento estratégico, cujos principais focos se concentram em:

- Consolidação dos padrões de qualidade da marca "Cibra".
- Em 2019, a Administração atualizou a política de Risco, visando uma gestão mais eficiente do risco/exposição cambial e commodities.
- Adoção de processos que permitam melhoria contínua e consequente percepção de qualidade por parte dos clientes.
- Continuidade no processo de aprimoramento dos níveis de governança corporativa.
- Redução de custos, incremento das vendas e, conseqüentemente, melhores margens brutas.
- Plano de abertura de novas unidades.
- Readequação da estratégia comercial da Companhia, focando em clientes estratégicos, diversificando e adicionando clientes de médio e pequeno porte que agreguem margem e que comprem produtos diversificados.
- Concretização de parcerias estratégicas com produtores que forneçam produtos diferenciados (não "commodities");

A Administração entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

1.1. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID 19

Desde 2020, o mundo vem enfrentando uma pandemia relacionada a um novo vírus, o COVID-19. A pandemia está afetando de forma significativa a economia de diversos países, incluindo o Brasil.

Diante desse cenário, a Companhia e sua controlada têm mantido monitoramento constante sobre a evolução da pandemia e seus possíveis efeitos sobre seus negócios e nas comunidades onde atuam. Esse monitoramento inclui: i) impacto sobre o preço dos fertilizantes; ii) impacto sobre câmbio; iii) impacto sobre a cadeia de suprimentos e transporte; iv) impacto sobre a disponibilidade de mão de obra e sobre seus colaboradores; v) impacto sobre os clientes; entre outros. Até o momento, as operações da Companhia e de sua controlada, que são atividades essenciais, não sofreram nenhum impacto significativo.

Adicionalmente, o Grupo adotou medidas de segurança e saúde em suas unidades produtivas em linha com as melhores práticas recomendadas pelas autoridades de saúde. Todos os profissionais dos setores administrativos estão trabalhando em regime home office desde março de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras, foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

2.4. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda

funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

2.5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentada

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e de sua controlada, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Companhia anualmente efetua o teste de recuperação de seus ativos imobilizado, intangível e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável dos ativos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para o período de 10 anos e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 11.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia e sua controlada revisam anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil definida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração, aumento no volume de vendas de fertilizantes, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.

- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 24 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

A Empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com a controlada são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessa controlada e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora os investimentos em controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são reconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e sua controlada mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Custo amortizado: contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e adiantamentos de clientes.
- Valor justo por meio de resultado: instrumentos financeiros derivativos, contratos futuros e caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia e sua controlada avaliam mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

3.2. Derivativos

A Companhia e sua controlada detém instrumentos financeiros derivativos para se proteger de riscos relativos a variações de moedas estrangeiras. A Companhia e sua controlada não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, bem como não realiza operações envolvendo os chamados "derivativos exóticos".

Como gestão da sua política de proteção, a Companhia e sua controlada utiliza instrumentos financeiros derivativos ("Non-Deliverable Forward - NDFs" e "swaps" cambiais) com o objetivo das obrigações com fornecedores estrangeiros e dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e, para tanto, contrata operações nos mercados futuros para proteção das oscilações no valor justo das operações realizadas em moeda estrangeira.

O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação da Companhia e/ou associada à mitigação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas "versus" as condições vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo e seus custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com vencimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.4. Contas a receber de clientes

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para perda em créditos esperadas, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A provisão para perda em créditos esperadas, quando aplicável, é

constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.5. Estoques e contratos futuros

Os estoques de fertilizantes (commodities) comercializados pela Companhia e sua controlada são avaliados pelo valor justo. Para reduzir o risco de preços causados pelas oscilações do mercado, e conforme Política de Risco do Grupo, a Companhia realiza o monitoramento diário do total de sua exposição por tipo de fertilizante e, eventualmente, o Grupo realiza operações com futuros para minimizar a posição líquida de estoques de commodities, resultante da posição física dos compromissos futuros de compras e vendas. Alterações no valor justo desses estoques são reconhecidas no resultado como um componente do custo dos produtos vendidos. Estes produtos são facilmente negociáveis e possuem preços cotados no mercado ativo que são divulgados regularmente por agentes de mercado.

Ganhos não realizados nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como recebíveis. Perdas não realizadas nos compromissos de compras e vendas de fertilizantes, contratos de futuros, representam o valor justo desses instrumentos e são classificados no balanço da Empresa como contas a pagar.

O estoque de fertilizantes industrializadas pela Companhia e os demais estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, transformação, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

Os valores desses estoques contabilizados não excedem ao seu valor realizável líquido de mercado. O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

3.6. Propriedade para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedade para investimento" representa o valor ao custo dos investimentos realizados em terras pela Companhia.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do terreno (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como gastos com manutenções relevantes, à medida que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia.

Em virtude da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência das práticas brasileiras às internacionais, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia procedeu à avaliação de parte de seus ativos pelo custo atribuído ("deemed cost") conforme facultado pela interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial

ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Os efeitos da atribuição do novo custo dos ativos mencionados tiveram como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, já deduzidos os efeitos fiscais estimados.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" no resultado.

As depreciações acumuladas são computadas no resultado do exercício pelo método linear, às taxas mencionadas a seguir, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens e o seu valor de recuperação.

<u>Natureza do ativo</u>	<u>Vida útil em anos</u>
Edificações	25
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

3.8. Ativo de direito de uso e arrendamento mercantil

A Companhia avalia se uma operação é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais o Grupo seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, o Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento ou pela sua taxa incremental de captação, quando a primeira não puder ser prontamente determinada.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

3.9. Ativo intangível

Estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados pelo ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

3.10. Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

3.11. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

3.12. Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13. Empréstimos e financiamentos

São inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que, na data do vencimento, o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a

menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (ver nota explicativa nº 17).

3.15. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos de clientes (venda de fertilizantes) e de partes relacionadas (importações de matéria-prima) foram calculados considerando o prazo de vencimento das faturas, utilizando, para o saldo de clientes, a taxa de juros Certificado de Depósitos Interbancários - CDI e, para o saldo de contas a pagar por compra de matéria prima, a taxa de juros média de 5% a.a. As taxas utilizadas pela Companhia são compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

3.17. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

3.18.1 Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

3.18. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

Âmbito estadual

No estado de Goiás crédito outorgado de 5% sobre a base de cálculo das saídas interestaduais de fertilizantes.

No estado da Bahia a Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - Desenvolve", conforme apresentado a seguir:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições no Estado da Bahia e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme regulamento do ICMS Desenvolve.
- Concessão do prazo de 12 anos para fruição dos benefícios, contados a partir da data de sua concessão.
- Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 85% da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com regulamento do ICMS Desenvolve.

No que tange à dilação de prazo de 72 meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% restantes à título de ICMS.

Âmbito federal

A Companhia goza, no estado da Bahia, de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, para o período de 10 anos a contar da data de sua concessão, obtidos da Superintendência Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Esse benefício é registrado como receita no resultado durante o período necessário para confrontar a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de lucros.

3.19. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro tributável do exercício, com elaboração de balanço anual ajustado pelas adições e exclusões admitidas, quando necessário, de acordo com a legislação tributária brasileira, às alíquotas de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os tributos diferidos foram reconhecidos e gerados pelas diferenças temporárias existentes, tendo sido considerada a capacidade de sua realização. Os tributos relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e não no resultado.

PIS e COFINS

A Companhia apura o PIS e a COFINS pelo regime não cumulativo. Contudo, as receitas de venda não são tributadas, pois na venda de adubos ou fertilizantes a alíquota está reduzida a zero, conforme Lei nº 10.925/04 e Decreto nº 5.630.

A Companhia, além de ter receitas com a incidência de alíquotas de PIS e COFINS reduzidas a zero, também possui outras receitas, tributadas pelo regime não cumulativo pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota combinada de 9,25%.

Adicionalmente, com a edição do Decreto nº 8.426/15, o Governo Federal reestabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo. Assim, a partir de 1º de julho de 2015, as receitas financeiras auferidas pela Companhia e sua controlada, anteriormente beneficiadas com alíquota zero, passam a estar sujeitas à incidência do PIS e da COFINS às alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente.

ICMS

Com relação as vendas dentro do Estado da Bahia, o Decreto nº 16.284, de 18 de agosto de 2015, alterou o benefício fiscal, retirando a isenção a partir de 1º de setembro de 2015 de modo que a alíquota efetiva corresponda a 4%.

Quanto às receitas de venda para outros estados da Federação, elas estão sujeitas as alíquotas vigentes que montam uma alíquota média de aproximadamente 12%, de acordo com o Convênio ICMS nº 100/97 da CONFAZ, prorrogado até 30 de abril de 2020 pelo Convênio ICMS nº 198/2019. Nestas vendas fora do estado há a redução da base de cálculo em 70%.

3.20. Demonstração dos fluxos de caixa

Foi preparada e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.21. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, pois esta não possui ações potenciais diluidoras.

3.22. Reapresentação dos valores correspondentes

No exercício de 2020, a Administração revisitou as operações e características da Companhia e de sua controlada e concluiu que, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ambas vêm atuando com uma broker-trader de commodities (fertilizantes). Desta forma, a Empresa reavaliou e alterou os critérios adotados para o reconhecimento dos compromissos firmes de compras e venda e mensuração dos estoques de fertilizante em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 16 – Estoques, respectivamente, razão pela qual a Empresa está reapresentando os referidos balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa. Para fins comparativos, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentados, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os efeitos dos ajustes realizados nos saldos em 31 de dezembro de 2019 estão a seguir demonstrados:

Balanco patrimonial

	31 de dezembro de 2019		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
<u>Controladora</u>			
Contratos futuros	-	5.318	5.318
Estoques	406.626	(30.922)	375.704
Investimentos em controlada	217.066	(8.477)	208.589
Prejuízos acumulados	(148.323)	(34.081)	(182.404)
<u>Consolidado</u>			
Contratos futuros	-	8.041	8.041
Estoques	574.065	(42.122)	531.943
Prejuízos acumulados	(148.323)	(34.081)	(182.404)

Demonstração do resultado

	31 de dezembro de 2019		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
<u>Controladora</u>			
Custo dos produtos vendidos	(1.510.677)	(25.604)	(1.536.281)
Resultado de equivalência patrimonial	(36.858)	(8.477)	(45.335)
<u>Consolidado</u>			
Custo dos produtos vendidos	(1.941.046)	(34.081)	(1.975.127)

Demonstração dos fluxos de caixa

	31 de dezembro de 2019		
	Original reportado	Ajustes	Saldo ajustado
<u>Controladora</u>			
Valor justo dos estoques e dos compromissos	-	25.604	25.604
Resultado de equivalência patrimonial	36.858	8.477	45.335
<u>Consolidado</u>			
Valor justo dos estoques e dos compromissos	-	34.081	34.081

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Caixa e bancos	475	536	1.648	814	1.105	2.587
Aplicações financeiras	15.973	25.836	9.858	29.149	26.410	11.615
	<u>16.448</u>	<u>26.372</u>	<u>11.506</u>	<u>29.963</u>	<u>27.515</u>	<u>14.202</u>

As aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa remunerados à taxa média de 156% do CDI na controladora e 122% do CDI no consolidado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Contas a receber de clientes	94.117	53.093	66.158	122.724	61.971	80.371
Ajuste a valor presente	(248)	(1.771)	(436)	(287)	(1.795)	(473)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.281)	(2.436)	(1.418)	(3.033)	(3.203)	(1.928)
	<u>91.588</u>	<u>47.886</u>	<u>64.304</u>	<u>119.404</u>	<u>56.973</u>	<u>77.970</u>
Apresentados como:						
Circulantes	69.754	40.489	55.675	97.570	49.576	69.341
Não circulantes	21.834	7.397	8.629	21.834	7.397	8.629
	<u>91.588</u>	<u>47.886</u>	<u>64.304</u>	<u>119.404</u>	<u>56.973</u>	<u>77.970</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é descrita como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
A vencer	90.971	29.803	49.104	117.917	37.996	62.405
Vencidas até 30 dias	1.251	5.472	317	1.780	6.162	1.042
Vencidas entre 31 e 120 dias	341	2.225	11.024	920	2.408	11.174
Vencidas há mais de 121 dias	1.306	12.822	5.277	1.820	13.610	5.277
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.281)	(2.436)	(1.418)	(3.033)	(3.203)	(1.928)
	<u>91.588</u>	<u>47.886</u>	<u>64.304</u>	<u>119.404</u>	<u>56.973</u>	<u>77.970</u>

Não há saldos de contas a receber dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

5.1. Perdas estimadas em créditos

A Companhia e sua controlada estimam a perda de clientes com análise individual de eventos extraordinários que demandem alguma definição especial. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu pela reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$155 (controladora) e R\$170 (consolidado). Em 31 de dezembro de 2019, concluiu pela constituição do montante de R\$1.018 (controladora) e R\$1.275 (consolidado).

A Administração entende que as perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

6. CONTRATOS FUTUROS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Compromissos firmes de venda (a)	2.674	8.181	-	5.656	11.057	-
Compromissos firmes de compra (b)	6.219	(2.863)	-	6.244	(3.016)	-
	<u>8.893</u>	<u>5.318</u>	<u>-</u>	<u>11.900</u>	<u>8.041</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se ao valor justo dos compromissos firmes de venda para entrega futura de fertilizantes com efetiva movimentação física, firmados pela Companhia e sua controlada.
- (b) Referem-se a compromissos firmes de compra de fertilizantes para entrega futura mensurados a valor justo. São compromissos pactuados pela Companhia e sua controlada com fornecedores nacionais e internacionais para os quais haverá a efetiva movimentação física.

7. ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Fertilizantes (a)	351.827	399.832	324.634	508.721	565.902	451.768
Ajuste de marcação a mercado (b)	22.991	(30.922)	-	28.597	(42.122)	-
Adiantamento a fornecedores (c)	-	3.279	8.200	18	3.462	9.496
Perdas estimadas em estoques	-	(147)	-	-	(466)	-
Outros (d)	2.183	3.662	9.072	3.471	5.167	12.557
	<u>377.001</u>	<u>375.704</u>	<u>341.906</u>	<u>540.807</u>	<u>531.943</u>	<u>473.821</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2020, R\$104.281 (controladora) e R\$126.595 (consolidado) do saldo total de estoques de fertilizantes representavam "importações em andamento".
- (b) Refere-se a ajuste pela mensuração dos estoques de fertilizantes ao valor justo.
- (c) Representam adiantamentos para fornecedores de materiais diversos.
- (d) São representados, substancialmente, por estoque de embalagens e itens do almoxarifado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia concluiu pela reversão das perdas estimadas em estoques no montante de R\$147 (controladora) e R\$466(consolidado) que haviam sido constituídas no exercício anterior. Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
COFINS a recuperar (a)	31.812	27.920	26.330	50.492	46.039	45.172
PIS a recuperar (a)	10.974	11.979	8.179	16.077	16.442	12.216
Imposto de renda e contribuição social	25.692	16.328	14.472	32.885	22.894	20.506
ICMS a recuperar	12.977	10.065	5.955	21.080	16.079	9.454
Outros impostos a recuperar	28	28	4	28	28	6
	<u>81.483</u>	<u>66.320</u>	<u>54.940</u>	<u>120.562</u>	<u>101.482</u>	<u>87.354</u>
Circulantes	45.084	29.921	34.136	62.316	43.236	40.249
Não circulantes	<u>36.399</u>	<u>36.399</u>	<u>20.804</u>	<u>58.246</u>	<u>58.246</u>	<u>47.105</u>
	<u>81.483</u>	<u>66.320</u>	<u>54.940</u>	<u>120.562</u>	<u>101.482</u>	<u>87.354</u>

(a) Refere-se a crédito apurado de acordo com as Leis nº 10.637/02 (PIS) e nº 10.833/03 (COFINS), pela sistemática da não-cumulatividade. A Companhia e sua controlada efetuaram pedidos de restituição de tais créditos tributários no montante de R\$29.043 (controladora) e R\$35.442 (consolidado) e aguardam homologação da Receita Federal.

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA (CONTROLADORA)

A composição da conta de investimento está assim demonstrada:

	Controladora		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
		(reapresentado)	
Agro Industrial São Luiz Ltda.	(136.397)	(80.408)	(38.462)
Mais-valia do imobilizado	89.027	90.479	92.108
Mais-valia do intangível	19.126	20.791	22.550
Ágio na aquisição de investimento	<u>177.727</u>	<u>177.727</u>	<u>177.727</u>
	<u>149.483</u>	<u>208.589</u>	<u>253.924</u>

Análise de "impairment" do ágio

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a revisão do valor recuperável de ágio utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 10,18%a.a. (31 de dezembro de 2019, 11,56% a.a.). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não identificou provisão para perda do valor recuperável.

9.1. Informações sobre a investida

Data base	Quantidade de cotas	Participação no capital	Patrimônio líquido (negativo) da investida	Prejuízo do exercício
			(reapresentado)	
31/12/2019	210.519.784	100%	(80.408)	(41.947)
31/12/2020	210.519.784	100%	(136.397)	(55.989)

9.2. Movimentação do investimento

O quadro a seguir demonstra a movimentação do investimento na controlada, apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	253.924
Resultado de equivalência patrimonial	(41.947)
Realização de mais valia	<u>(3.388)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	208.589
Resultado de equivalência patrimonial	(55.989)
Realização de mais valia	<u>(3.117)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>149.483</u></u>

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia possui terreno localizado no Estado de Mato Grosso/MT, oriundo da consolidação contratual de alienação fiduciária de saldo de contas a receber de clientes. Este terreno pode futuramente ser negociado com outras partes.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
Propriedade para investimento	<u>1.624</u>	<u>1.624</u>	<u>1.624</u>
	<u><u>1.624</u></u>	<u><u>1.624</u></u>	<u><u>1.624</u></u>

A Administração da Companhia avaliou o efeito da determinação do valor justo da propriedade para investimento. A avaliação da propriedade para investimento levou em consideração, principalmente, premissas como preço médio do metro quadrado e localização. As análises efetuadas refletem a melhor estimativa da administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 3.491 (R\$1.979, em 31 de dezembro de 2019).

11. IMOBILIZADO

A seguir demonstramos o mapa de movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro 2020:

Controladora

	2018	Adições	Baixas	Transferências	Perda estimada	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
				(a)						
Terrenos	16.005	332		2.200	-	18.537	5.370	-	-	23.907
Edificações e instalações	67.083	118	(34)	21.960	-	89.127	1.084		4.441	94.652
Máquinas e equipamentos	41.980	98	(1.014)	10.562	-	51.626	193	(1.298)	15	50.536
Outros	2.047	90	(65)	964	-	3.036	579	-	211	3.826
Veículos	293	-	(21)	-	-	272	331	-	-	603
Adiantamentos à fornecedores	2.442	-	(131)	(1.766)	-	676	-	(123)	-	553
Perda estimada	(76)	-	-	-	(474)	(550)	(4)	-	-	(554)
Imobilizado em andamento	23.415	23.389	-	(40.184)	-	6.620	23.228	-	(9.290)	20.558
Total do custo	153.189	24.027	(1.265)	(6.133)	(474)	169.344	30.781	(1.421)	(4.623)	194.081
Edificações e instalações	(13.283)	(2.845)	11	-	-	(16.117)	(3.794)	-	-	(19.911)
Máquinas e equipamentos	(25.532)	(8.006)	654	4.498	-	(28.386)	(8.355)	1.217	4.866	(30.658)
Outros	(1.155)	(316)	28	-	-	(1.443)	(454)	-	40	(1.857)
Veículos	(61)	(54)	21	-	-	(94)	(66)	-	-	(160)
Total da depreciação	(40.031)	(11.221)	714	4.498	-	(46.040)	(12.669)	1.217	4.906	(52.586)
Total líquido	113.158	16.547	(551)	(1.635)	(474)	123.304	18.112	(204)	283	141.495

Consolidado

	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização da mais valia</u>	<u>Transferências</u>	<u>Perda estimada</u>	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização da mais valia</u>	<u>Transferências</u>	<u>2020</u>
					(a)							
<u>Custo</u>												
Terrenos	73.664	332	-	-	2.200	-	76.196	5.370	-	-	-	81.566
Edificações e instalações	140.717	123	(34)	(1.369)	27.566	-	167.003	1.710	-	(1.368)	4.622	171.967
Máquinas e equipamentos	52.172	52	(1.433)	(84)	14.292	-	65.099	2.102	(2.183)	(85)	2.340	67.273
Outros	2.963	143	(72)	-	1.114	-	4.148	579	(17)	-	210	4.920
Veículos	1.337	-	(21)	(176)	2	-	1.142	333	(33)	-	-	1.442
Adiantamento à fornecedores	2.442	-	(131)	-	(1.635)	-	676	-	(123)	-	-	553
Perda estimada	(119)	-	-	-	-	(465)	(584)	(4)	-	-	-	(588)
Imobilizado em andamento	29.788	27.673	-	-	(49.672)	-	7.789	25.464	-	-	(11.796)	21.457
Total do custo	<u>302.964</u>	<u>28.423</u>	<u>(1.691)</u>	<u>(1.629)</u>	<u>(6.133)</u>	<u>(465)</u>	<u>321.469</u>	<u>35.554</u>	<u>(2.356)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>(4.624)</u>	<u>348.590</u>
<u>Depreciação</u>												
Edificações e instalações	(18.591)	(4.051)	11	-	4.498	-	(22.631)	(5.172)	-	-	-	(27.803)
Máquinas e equipamentos	(31.171)	(10.247)	891	-	-	-	(36.029)	(10.388)	1.832	-	4.866	(39.719)
Outros	(1.420)	(321)	28	-	-	-	(1.713)	(462)	33	-	40	(2.102)
Veículos	(387)	(161)	27	-	-	-	(521)	(174)	17	-	-	(678)
Total da depreciação	<u>(51.569)</u>	<u>(14.780)</u>	<u>957</u>	<u>-</u>	<u>4.498</u>	<u>-</u>	<u>(60.894)</u>	<u>(16.196)</u>	<u>1.882</u>	<u>-</u>	<u>4.906</u>	<u>(70.302)</u>
Total líquido	<u>251.395</u>	<u>17.384</u>	<u>(734)</u>	<u>(1.629)</u>	<u>(1.635)</u>	<u>(465)</u>	<u>260.575</u>	<u>19.358</u>	<u>(474)</u>	<u>(1.453)</u>	<u>282</u>	<u>278.288</u>

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 reclassificamos o saldo de R\$1.635 da rubrica de adiantamento à fornecedores para o grupo de contas "fornecedores". Vide nota explicativa nº 26.

A Administração da Companhia e sua controlada entendem que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras. A Companhia e sua controlada efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado e concluiu que as taxas utilizadas refletem a vida útil estimada dos bens.

Análise do valor recuperável

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a revisão do valor recuperável dos seus ativos utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa de desconto real (calculada pela metodologia WACC) usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 10,18% ao ano. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou provisão para perda do valor recuperável.

12. INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Ágio na aquisição de investimento (a)	-	-	-	177.727	177.727	177.727
Ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios (b)	-	-	-	19.126	20.791	22.550
Softwares (c)	5.384	7.361	5.622	5.452	7.644	6.120
Total	<u>5.384</u>	<u>7.361</u>	<u>5.622</u>	<u>202.305</u>	<u>206.162</u>	<u>206.397</u>

- (a) Ágio pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz Ltda., alocado como rentabilidade futura.
- (b) Ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra pago na aquisição da Agroindustrial São Luiz, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9. A composição dos valores identificados e respectivas vidas úteis estão demonstradas a seguir:

	Vida útil	2020			2019	2018
		Valor	Amortização Acumulada	Saldo	Saldo	Saldo
Carteira de clientes	11	27.179	(8.523)	18.656	20.229	21.803
Acordo de não competição	5	1.381	(911)	470	562	747
		<u>28.560</u>	<u>(9.434)</u>	<u>19.126</u>	<u>20.791</u>	<u>22.550</u>

- (c) Referem-se principalmente aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software cuja vida útil é de cinco anos (amortização de 20% ao ano).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do intangível (controlada e consolidado), apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	5.622	206.397
Adições	3.741	3.741
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.759)
Amortização softwares	(2.002)	(2.217)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.361	206.162
Adições	371	371
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	-	(1.665)
Amortização softwares	(2.348)	(2.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>5.384</u>	<u>202.305</u>

13. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Nacionais	5.861	25.014	27.820	9.562	32.128	33.763
Estrangeiros	26.972	2.687	9.977	26.972	2.687	12.945
Outros	-	84	4.972	-	84	4.972
	<u>32.833</u>	<u>27.785</u>	<u>42.769</u>	<u>36.534</u>	<u>34.899</u>	<u>51.680</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda	Vencimento	Controladora			Consolidado		
			31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
CCB	R\$ e US\$	11/2023	63.070	-	-	91.526	-	-
Empréstimo externo	US\$	11/2023	48.697	15.647	11.554	48.697	15.647	17.754
FINIMP	R\$ e US\$	05/2021	18.007	10.096	-	34.098	30.179	20.134
NCE	R\$ e Euro	02/2021	1.607	24.842	7.500	1.607	31.763	7.500
Investimento	R\$	-	-	-	-	1.028	2.572	4.115
CDCA	R\$	-	-	15.112	10.084	-	15.112	10.084
Investimento e capital de giro	US\$	01/2025	93.802	81.201	77.897	93.803	81.201	77.897
			<u>225.183</u>	<u>146.898</u>	<u>107.035</u>	<u>270.759</u>	<u>176.474</u>	<u>137.484</u>
Classificados em:								
Circulantes			109.910	75.013	25.743	155.486	98.021	47.695
Não circulantes			115.273	71.885	81.292	115.273	78.453	89.789
			<u>225.183</u>	<u>146.898</u>	<u>107.035</u>	<u>270.759</u>	<u>176.474</u>	<u>137.484</u>

14.1. Termos, características e condições

- CCB – são Cédulas de Crédito Bancário.
- Empréstimo externo – empréstimos em moeda estrangeira que possuem contratos de “swap”.
- FINIMP - são financiamentos para importações que, quando em moeda estrangeira, possuem contratos de “swap”.
- Investimento - financiamento, através de linhas de créditos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), das plantas de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina/SC, tendo como garantia alienação fiduciária de terrenos, máquinas e equipamentos e edificações, no montante de R\$16.969.
- Investimento e capital de giro - contrato assinado entre a Companhia, sua controlada Agro Industrial São Luiz Ltda., Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad (“Paribara”), acionista controlador da Companhia e o “International Finance Corporation - IFC”, no valor de US\$40.000 (sendo US\$20.000 para Companhia e US\$20.000 para Paribara), tendo como avalista a parte relacionada Cibra Trading Inc. A Paribara é responsável pela garantia em aplicação financeira - “cash colateral”.
- NCE: referem-se a Notas de Crédito à Exportação.
- CDCA: são Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio.

As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos com terceiros variam de acordo com as linhas de crédito conforme demonstrativo a seguir:

<u>Linha de crédito</u>	<u>Taxas de juros (a.a.)</u>
CCB	CDI + 2,59% a CDI + 4,80%
Empréstimos externo	CDI + 3,5% a 16,36%
FINIMP	CDI + 3,5% a 12,84%
NCE	CDI + 3,40% a 7,44%
Investimento	8,00%
CDCA	CDI + 3,15%
Investimento e capital de giro	Libor + 2,30%

14.2. Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	107.035	137.484
Juros e variações monetárias provisionados	12.221	15.407
Captação de empréstimos e financiamentos	49.370	62.121
Amortização de principal	(14.048)	(28.192)
Amortização de juros	(7.902)	(10.568)
Amortização de custos de captação	<u>222</u>	<u>222</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	146.898	176.474
Juros e variações monetárias provisionados	38.855	45.982
Captação de empréstimos e financiamentos	167.284	202.926
Amortização de principal	(120.386)	(144.946)
Amortização de juros	(7.691)	(9.900)
Amortização do custo de captação	<u>223</u>	<u>223</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>225.183</u>	<u>270.759</u>

14.3. Escalonamento da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 apresentam a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	45.615	45.615
2023	38.478	38.478
2024	20.787	20.787
2025 em diante	<u>10.393</u>	<u>10.393</u>
	<u>115.273</u>	<u>115.273</u>

14.4. Cláusulas restritivas ("covenants" financeiros)

Exceto pelo financiamento com o IFC, não há cláusulas financeiras restritivas nos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos contratos vigentes.

O financiamento junto ao IFC possui cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros que são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do acionista controlador da Companhia.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, despesa fiscal calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2020 e de 2019 está demonstrada a seguir:

Controladora

	Imposto de renda e contribuição social	
	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	80.133	(94.298)
Alíquota do imposto	34%	34%
(Despesa) Crédito de IRPJ e CSLL à alíquota normal	(27.245)	32.061
Adições (exclusões) permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(17.976)	(13.110)
Amortização da mais-valia	(1.060)	(1.152)
Variação cambial	960	2.682
Subvenção para investimento	5.213	3.837
Demais ajustes	5.330	1.801
Lucro da exploração	4.857	-
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	-	(16.068)
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	11.260	-
Total	(18.661)	10.051
Corrente	(21.085)	-
Diferido	2.424	10.051
Total do imposto de renda e contribuição social	(18.661)	10.051

Consolidado

	Imposto de renda e contribuição social	
	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	83.326	(95.287)
Alíquota do imposto	34%	34%
(Despesa) Crédito de IRPJ e CSLL à alíquota normal	(28.331)	32.398
Adições (exclusões) permanentes:		
Variação cambial	960	1.931
Subvenção para investimento	5.213	3.837
Demais ajustes	4.385	2.356
Lucro da exploração	4.857	-
Prejuízo fiscal e base negativa utilizado	11.260	-
Prejuízo fiscal e base negativa não constituído	(20.198)	(29.482)
Total	(21.854)	11.040
Corrente	(21.085)	-
Diferido	(769)	11.040
Total do imposto de renda e contribuição social	(21.854)	11.040

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
<u>Ativo fiscal diferido</u>		(reapresentado)	
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	51.768	39.129	49.958
Valor justo dos estoques e compromissos	(10.813)	8.705	-
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	776	828	482
Custo atribuído - "deemed cost"	(4.409)	(4.596)	(4.789)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	7.643	5.234	3.328
Instrumentos financeiros derivativos	14.336	7.237	50
Outros	5.362	5.702	3.159
	<u>64.663</u>	<u>62.239</u>	<u>52.188</u>

Consolidado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
		(reapresentado)	
<u>Ativo fiscal diferido</u>			
Prejuízos fiscais e variação cambial não realizada	85.353	69.832	80.432
Valor justo dos estoques e compromissos	(13.741)	11.587	-
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	1.377	1.485	1.031
Custo atribuído - "deemed cost"	(4.409)	(4.596)	(4.789)
Amortização de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios	7.643	5.234	3.328
Instrumentos financeiros derivativos	14.336	7.237	(2.489)
Outros	3.771	4.320	807
Total	<u>94.330</u>	<u>95.099</u>	<u>84.059</u>

A estimativa de realização dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais é a seguinte:

Controladora

<u>Ano</u>	<u>2020 (*)</u>
2021	8.146
2022	9.109
Após 2023	<u>34.513</u>
Total	<u>51.768</u>

Consolidado

<u>Ano</u>	<u>2020 (*)</u>
2021	17.484
2022	16.884
Após 2023	<u>50.985</u>
Total	<u>85.353</u>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R\$216.034 (31 de dezembro de 2019, R\$249.153). Embora a Companhia e sua controlada não tenham reconhecido imposto diferido ativo sobre a totalidade do saldo de prejuízos fiscais, os mesmos não possuem prazos de prescrição, todavia, podem ser computados somente até o limite de 30% do lucro tributável anual de acordo com a legislação vigente.

A Administração considera que os ativos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2020 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final de eventos futuros.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 05 (R1). Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas, bem como transações durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

16.1. Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Passivos	Vendas /(compras)	Ajuste a valor presente	Varição Cambial líquida
Cientes	Fornecedores				
Agro Industrial São Luiz Ltda.	29.621	-	(a) 27.031	-	-
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad	556	-	-	-	-
Cibra Trading Inc.	-	(339.260)	(b) (1.188.419)	(25.070)	(133.392)
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>30.117</u>	<u>(339.260)</u>	<u>(1.161.388)</u>	<u>(25.070)</u>	<u>(133.392)</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>39.847</u>	<u>(568.375)</u>	<u>(1.022.608)</u>	<u>(23.562)</u>	<u>(40.586)</u>
Total em 01 de janeiro de 2019	<u>41.646</u>	<u>(502.681)</u>	<u>(815.685)</u>	<u>(19.553)</u>	<u>(69.796)</u>
	Consolidado				
	Saldos		Transações		
	Ativos	Fornecedores	Compras	Ajuste a valor presente	Varição Cambial líquida
Cibra Trading Inc.	-	(701.117)	(b) (1.599.258)	(33.503)	(210.535)
Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad	556	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>556</u>	<u>(701.117)</u>	<u>(1.599.258)</u>	<u>(33.503)</u>	<u>(210.535)</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	<u>556</u>	<u>(846.994)</u>	<u>(1.382.935)</u>	<u>(31.148)</u>	<u>(55.323)</u>
Total em 01 de janeiro de 2019	<u>556</u>	<u>(697.069)</u>	<u>(1.220.966)</u>	<u>(29.638)</u>	<u>(109.716)</u>

(a) As transações mantidas com a controlada Agro Industrial São Luiz Ltda. referem-se a compra e venda de produtos, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses.

(b) As transações mantidas na rubrica de fornecedores referem-se a compras de matéria-prima no exterior, basicamente em dólar, utilizadas no processo industrial da Companhia, os quais não serão exigidos nos próximos 12 meses e não terão adição de juros. São registradas ao valor presente, conforme pronunciamento técnico CPC 12, e corrigidos à taxa de juros média equivalente a 5% a.a. (31 de dezembro de 2019, 5% a.a.).

16.2 Honorários da Administração

A Companhia considerou como pessoal-chave da Administração os integrantes da sua diretoria executiva, composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor de operações e diretor de recursos humanos.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos diretores	(2.339)	(2.604)
Encargos sociais de diretores	(747)	(838)
Participação nos resultados	(2.264)	-
Previdência e outros benefícios	(369)	(358)
	<u>(5.719)</u>	<u>(3.800)</u>

Os referidos montantes estão registrados na rubrica "Honorários da Administração". Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos e não possuem benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	2.420	2.547
Constituição de provisão	<u>1.089</u>	<u>1.062</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.509	3.609
Constituição de provisão	<u>648</u>	<u>756</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>4.157</u>	<u>4.365</u>

Em 31 de dezembro de 2020 as causas cujo prognóstico de perda foi classificado como provável montavam R\$4.157 na controladora (31 de dezembro de 2019 R\$3.509) e R\$4.157 no consolidado (31 de dezembro de 2019, R\$3.609) e se referem a demandas trabalhistas, cíveis e fiscais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era parte em processos trabalhistas e cíveis, os quais possuíam expectativas de perda consideradas possíveis, nos montantes de R\$2.404 (Em 31 de dezembro de 2019, R\$2.243), na controladora, R\$34.497 no consolidado (em 31 de dezembro de 2018 R\$32.401), de acordo o posicionamento de seus assessores jurídicos. Por este motivo não foi reconhecida qualquer provisão contábil naquela data.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis, já tomados em cada processo, são suficientes para preservar o seu patrimônio.

17.1. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de depósito judicial é composto como segue:

Natureza dos depósitos	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
Trabalhistas	165	149	166	217	173	249
Outros	-	-	5	31	31	139
	<u>165</u>	<u>149</u>	<u>171</u>	<u>248</u>	<u>204</u>	<u>388</u>

18. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

A movimentação do direito de uso e do arrendamento mercantil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

Ativo de direito de uso - Edificações

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	3.387	5.920
Baixas	(31)	31
Amortização	<u>(1.154)</u>	<u>(1.602)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.202	4.287
Adição	1.770	1.770
Amortização	<u>(1.120)</u>	<u>(1.597)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.852</u>	<u>4.460</u>

Arrendamento mercantil - Edificações

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 01 de janeiro de 2019	3.387	5.920
Juros	306	569
Baixas	(38)	(38)
Pagamentos	<u>(1.244)</u>	<u>(1.828)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.411	4.623
Juros	692	937
Adição	1.770	1.770
Pagamentos	<u>(1.357)</u>	<u>(1.968)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.516</u>	<u>5.362</u>
Classificados em:		
Circulantes	1.290	1.733
Não circulantes	<u>2.226</u>	<u>3.629</u>
Total	<u>3.516</u>	<u>5.362</u>

A Administração da Companhia reconheceu como passivo o arrendamento mercantil, mensurado a valor presente dos pagamentos remanescentes descontados por meio da taxa média ponderada incremental de empréstimos e financiamentos da Empresa na data da adoção, equivalente a 12,26% a.a.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Refere-se a adiantamentos realizados por clientes, visando garantir o preço e entrega dos produtos para safras vindouras, sendo na controladora o montante de R\$114.957 (Em 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019, R\$61.243 e 73.329, respectivamente) e no consolidado R\$144.568 (Em 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 19, R\$89.419 e R\$91.536, respectivamente).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 16 de setembro de 2018, a Sirius Minerals PLC ("Sirius") adquiriu 30% de participação da Companhia sem haver emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas pela Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad e pela Sirius Minerals PLC (acionistas controladores).

Em 19 de julho de 2019, a Sirius Minerals PLC transferiu os 30% de participação que detinha da Companhia em favor do novo acionista York Potash Ltd.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$304.906, representado por 2.446.667 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente integralizadas pela Paribara Sociedad de Responsabilidad Limitad e pela York Potash Ltd. (acionistas controladores).

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

20.1. Natureza e propósito das reservas

20.1.1 Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de incentivo fiscal

Refere-se a incentivo fiscal de imposto de renda sobre o lucro da exploração. O imposto de renda é contabilizado incluindo a parcela de incentivos fiscais, sendo o montante correspondente à redução desse tributo registrado a crédito do resultado do exercício e a débito na conta de impostos a pagar. Quando da apuração do resultado, o montante correspondente ao incentivo é transferido da rubrica "Lucros acumulados" para a conta específica de "Reserva de lucros - incentivos fiscais", no patrimônio líquido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou lucro tributável e, no exercício de 2020, o lucro líquido apurado foi utilizado para compensar prejuízos de exercícios anteriores, motivo pelo qual não houve apuração de incentivo fiscal.

- Reserva de retenção de lucros

A Companhia apresenta prejuízos acumulados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

20.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Durante o exercício de 2010, a Companhia, através de especialistas contratados, procedeu a avaliação de seus terrenos e edificações atribuindo a elas um novo custo e uma nova vida útil, conforme facultado na interpretação técnica ICPC 10. O efeito dessa avaliação à época foi reconhecido no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, deduzido dos efeitos tributários futuros, sendo a realização dessa reserva efetuada à medida que os bens sejam depreciados e/ou alienados.

20.3. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Como a Companhia apresenta prejuízos acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, não há dividendos declarados.

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas	1.954.163	1.619.225	2.464.077	2.053.629
ICMS incidente sobre vendas	(12.241)	(13.410)	(10.460)	(14.544)
Devoluções e abatimentos concedidos	(12.263)	(17.590)	(16.363)	(19.978)
Outras deduções	(9)	-	(481)	(264)
	<u>1.929.650</u>	<u>1.588.225</u>	<u>2.436.773</u>	<u>2.018.843</u>

A Companhia, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, vendeu 1.339.071 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2019, 1.150.050 toneladas). No consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram vendidas 1.713.445 toneladas de fertilizantes (31 de dezembro de 2019, 1.471.857 toneladas).

Subvenções governamentais - ICMS

- (i) A Companhia usufruiu de incentivo denominado "ICMS - Desenvolve" que dilata o prazo de pagamento de parte do imposto devido, mas concede desconto se pago à vista. A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação foi de R\$15.142 (31 de dezembro de 2019, R\$11.160). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.
- (ii) A Companhia usufruiu de incentivo denominado de "Crédito Outorgado" equivalente a 5% da base de cálculo das saídas interestaduais com venda de fertilizantes. A parcela correspondente ao crédito de 5% sobre as saídas com venda de fertilizante foi de R\$190 (31 de dezembro de 2019, R\$125). O valor em questão foi registrado na linha de ICMS incidente sobre vendas.

22. CUSTOS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (reapresentado)
Matérias-primas	(1.577.829)	(1.334.307)	(2.017.912)	(1.708.803)
Marcação a mercado de estoques e contratos futuros	57.488	(25.604)	74.578	(34.081)
Serviços prestados	(54.068)	(60.327)	(68.357)	(83.408)
Pessoal	(60.424)	(41.955)	(70.065)	(55.516)
Fretes	(60.726)	(57.081)	(65.068)	(63.631)
Materiais diversos de manutenção	(3.279)	(2.635)	(5.120)	(4.662)
Depreciação e amortização	(16.137)	(14.377)	(20.356)	(18.599)
Embalagens	(8.956)	(8.119)	(18.799)	(15.030)
Impostos e taxas	(3.641)	(2.305)	(4.267)	(2.748)
Viagens	(1.146)	(2.370)	(1.191)	(2.703)
Seguros	(106)	(85)	(499)	(524)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(5.302)	(4.968)	(9.406)	(9.144)
Amortização de mais valia de ativos identificados em combinação de negócios	-	-	(3.117)	(3.388)
Constituição (reversão) de perda estimada com devedores duvidosos	155	(1.018)	170	(1.275)
Constituição (reversão) para perda estimada na realização de outros ativos	239	134	254	(44)
Perda efetiva de outros ativos	(175)	(379)	(834)	(661)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(648)	(1.089)	(756)	(1.062)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(204)	(544)	(474)	(727)
Perda estimada em ativo imobilizado	(4)	(474)	(4)	(465)
Ganho com vendas de imobilizado	-	95	-	139
Despesas com gás, água e energia	(8.677)	(8.770)	(10.031)	(10.080)
Outros (custos e despesas) receitas	(8.901)	(5.476)	(12.261)	(6.072)
Total	(1.752.341)	(1.571.654)	(2.233.515)	(2.022.484)
Custo dos produtos vendidos	(1.703.470)	(1.536.281)	(2.181.927)	(1.975.127)
Gerais e administrativas	(18.910)	(19.073)	(18.894)	(27.096)
Despesas comerciais	(23.157)	(14.731)	(25.466)	(19.225)
Honorários da administração	(5.719)	(3.800)	(5.719)	(3.800)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.085)	2.191	(1.509)	2.764
	(1.752.341)	(1.571.654)	(2.233.515)	(2.022.484)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas financeiras</u>				
Receita de juros	2.140	966	2.490	1.061
Ajuste a valor presente	1.176	3.609	1.437	4.056
Outras receitas financeiras	1.142	44	1.291	57
	<u>4.458</u>	<u>4.619</u>	<u>5.218</u>	<u>5.174</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesas bancárias/IOF	(1.742)	(2.826)	(2.674)	(4.295)
Juros incidentes sobre arrendamento mercantil	(692)	(306)	(937)	(569)
Ajuste a valor presente	(25.070)	(23.562)	(33.503)	(31.148)
Despesa de juros	(7.229)	(8.576)	(9.525)	(11.399)
Outras despesas financeiras	(3.016)	(3.987)	(3.110)	(3.987)
	<u>(37.749)</u>	<u>(39.257)</u>	<u>(49.749)</u>	<u>(51.398)</u>
<u>Variação cambial</u>				
Instrumento financeiro derivativo - líquido	138.288	(5.502)	148.602	(5.499)
Variação cambial ativa	66.551	16.673	70.481	19.948
Variação cambial passiva	(209.618)	(42.027)	(294.484)	(59.871)
	<u>(4.779)</u>	<u>(30.856)</u>	<u>(75.401)</u>	<u>(45.422)</u>
Total resultado financeiro	<u>(38.070)</u>	<u>(65.494)</u>	<u>(119.932)</u>	<u>(91.646)</u>

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	<u>Custo amortizado</u>	<u>Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>	<u>Custo amortizado (reapresentado)</u>	<u>Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (reapresentado)</u>	<u>Total (reapresentado)</u>
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	16.448	-	16.448	26.372	-	26.372
Contas a receber de clientes	91.588	-	91.588	47.886	-	47.886
Contratos futuros	-	8.893	8.893	-	5.318	5.318
Total dos ativos	108.036	8.893	116.929	74.258	5.318	79.576
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	32.833	-	32.833	27.785	-	42.769
Empréstimos e financiamentos	225.183	-	225.183	146.898	-	107.035
Partes relacionadas	339.260	-	339.260	568.375	-	502.681
Instrumentos financeiro derivativo	-	42.165	42.165	-	21.285	-
Total dos passivos	597.276	42.165	639.441	743.058	21.285	652.485
	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	<u>Custo amortizado</u>	<u>Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>	<u>Custo amortizado (reapresentado)</u>	<u>Derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (reapresentado)</u>	<u>Total (reapresentado)</u>
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	29.963	-	29.963	27.515	-	27.515
Contas a receber de clientes	119.404	-	119.404	56.973	-	56.973
Contratos futuros	-	11.900	11.900	-	8.041	8.041
Total dos ativos	149.367	11.900	161.267	84.488	8.041	92.529
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	36.534	-	36.534	34.899	-	34.899
Empréstimos e financiamentos	270.759	-	270.759	176.474	-	176.474
Partes relacionadas	701.117	-	701.117	846.994	-	846.994
Instrumentos financeiros derivativos	-	39.520	39.520	-	21.008	21.008
Total dos passivos	1.008.410	39.520	1.047.930	1.058.367	21.008	1.079.375

24.2. Valor contábil “versus” valor justo

Para todas as operações envolvendo instrumentos financeiros ativos e passivos, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil se aproxima do valor de realização/liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

24.3. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação na taxa de câmbio são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

Os riscos de negócio identificados incluem principalmente:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial decorrente de ativos e de passivos, tais como: estoques, empréstimos, fornecedores no exterior, entre outros.

A política de gestão de riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio e taxas de juros.

A utilização de derivativos é consistente com o negócio e os objetivos de gestão de risco da Companhia. Derivativos são utilizados para gerir o risco do negócio dentro de limites especificados pela política da Companhia e gerenciar as exposições que tenham sido identificadas através do processo de identificação e medição de risco. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

a) Risco de crédito

A Companhia e sua controlada podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de mercadorias. Para reduzir esse risco, a Companhia concede créditos aos clientes com base na política interna de crédito e cobrança.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	16.448	26.372	29.963	27.515
Contas a receber de clientes	91.558	47.886	119.404	56.973
	<u>108.006</u>	<u>74.258</u>	<u>149.367</u>	<u>84.488</u>

Visando minimizar o risco de crédito relacionados a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia e suas controladas concentram a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras com "rating" de risco acima da categoria A. Esses "ratings" foram instituídos pelas agências de risco Fitch Ratings, S&P e Moody's.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>				
Fornecedores	32.833	-	36.534	-
Empréstimos e financiamentos	109.910	115.273	155.486	115.273
Adiantamentos de clientes	114.957	-	144.568	-
Arrendamento mercantil	1.290	2.226	1.733	3.629
Total	<u>258.990</u>	<u>117.499</u>	<u>338.321</u>	<u>118.902</u>
	Controladora		Consolidado	
	Menos de um ano	Mais de um ano	Menos de um ano	Acima de um ano
<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>				
Fornecedores	27.785	-	34.899	-
Empréstimos e financiamentos	75.013	71.885	98.021	78.453
Adiantamentos de clientes	73.329	-	91.356	-
Arrendamento mercantil	639	1.772	-	3.586
Total	<u>176.766</u>	<u>73.657</u>	<u>224.276</u>	<u>80.039</u>

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços dos produtos, moedas e nas taxas de juros possam afetar a posição patrimonial e financeira da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias-primas importadas, bem como pela captação de empréstimos e financiamentos lastreados em moeda estrangeira (US\$), e contas a receber indexada em dólar. Para medir o impacto econômico de variações cambiais, foram efetuados cenários a seguir em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2020.

i) Análise de sensibilidade-risco cambial de dólar norte-americano

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

Cotação em 31/12/2020 - R\$5,1967	Exposição 31/12/2020	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-25%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Cientes	91.588	68.691	45.794	114.485	137.382
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(142.331)	(106.748)	(71.166)	(177.914)	(213.497)
Partes relacionadas	(339.260)	(254.445)	(169.630)	(424.075)	(508.890)
Fornecedores externos	(26.972)	(20.229)	(13.486)	(33.715)	(40.458)
Efeito líquido	<u>(416.975)</u>	<u>(312.731)</u>	<u>(208.488)</u>	<u>(521.219)</u>	<u>(625.463)</u>

Consolidado

Cotação em 31/12/2020 - R\$5,1967	Exposição 31/12/2020	Baixa do Dólar		Alta do Dólar	
		-25%	-50%	25%	50%
<u>Ativos indexados</u>					
Cientes	119.404	89.553	59.702	149.255	179.106
<u>Passivos indexados</u>					
Empréstimos	(155.169)	(116.377)	(77.585)	(193.961)	(232.754)
Partes relacionadas	(701.117)	(525.838)	(350.559)	(876.396)	(1.051.676)
Fornecedores externos	(26.972)	(20.229)	(13.486)	(33.715)	(40.458)
Efeito líquido	<u>(763.854)</u>	<u>(572.891)</u>	<u>(381.928)</u>	<u>(954.817)</u>	<u>(1.145.782)</u>

ii) Análise de sensibilidade-risco taxa de juros

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações das taxas de juros de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Exposição 31/12/2020	Taxa	%	Baixa		Alta	
				-25%	-50%	25%	50%
Controladora							
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	15.973	CDI	3,9%	15.818	15.662	16.128	16.284
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(63.070)	CDI	3,9%	(61.998)	(60.926)	(63.683)	(64.297)
Empréstimos e financiamentos	(44.368)	Libor	1,84%	(44.338)	(44.308)	(44.398)	(45.877)
Total	<u>(91.465)</u>			<u>(90.518)</u>	<u>(89.572)</u>	<u>(91.953)</u>	<u>(93.890)</u>
Consolidado							
Ativos indexados:							
Aplicações financeiras	29.149	CDI	3,9%	28.866	28.582	29.432	29.716
Passivos indexados:							
Empréstimos e financiamentos	(94.694)	CDI	3,9%	(93.773)	(92.852)	(95.615)	(96.536)
Empréstimos e financiamentos	(44.368)	Libor	1,84%	(44.338)	(44.308)	(44.398)	(44.428)
Total	<u>(109.913)</u>			<u>(109.245)</u>	<u>(108.578)</u>	<u>(110.581)</u>	<u>(111.248)</u>

iii) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário provável já se encontra refletido nas demonstrações financeiras da Companhia.

Controladora

	Exposição em 31/12/2020	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
		Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$5,1967	R\$3,898	R\$2,598	R\$6,496	R\$7,795
"Hedge/NDFs"	(36.090)	(27.068)	(18.045)	(45.113)	(54.135)
"Swap"	(6.075)	(4.556)	(3.083)	(7.594)	(9.113)
	<u>(42.165)</u>	<u>(31.624)</u>	<u>(21.083)</u>	<u>(52.706)</u>	<u>(63.248)</u>

Consolidado

	Exposição em 31/12/2020	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido			
		Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
		-25%	-50%	25%	50%
Cotação do dólar	R\$5,1967	R\$3,898	R\$2,598	R\$6,496	R\$7,795
"Hedge/NDFs"	(36.090)	(27.068)	(18.045)	(45.113)	(54.135)
"Swap"	(3.430)	(2.573)	(1.715)	(4.288)	(5.145)
	<u>(39.520)</u>	<u>(29.640)</u>	<u>(19.760)</u>	<u>(49.400)</u>	<u>(59.280)</u>

24.4. Hierarquia de valor justo

Para o valor justo, mensurado e reconhecido no balanço, a IFRS 7, equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, requer a abertura para cada classe de instrumentos financeiros derivativos, bem como o seu valor justo mensurado. Para este fim, o pronunciamento, requer que a Companhia classifique seus instrumentos financeiros derivativos de acordo com as classes demonstradas abaixo, observando a importância e relevância dos "inputs" usados para a mensuração:

- Nível 1: valor justo obtido diretamente por cotações em mercados ativos.
- Nível 2: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo.
- Nível 3: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na Companhia.

A Companhia evidencia a seguir, os seus respectivos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, bem como suas classificações nos níveis supracitados:

Em 31 de dezembro de 2020

<u>Controladora</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	8.893	8.893
Passivos:					
NDFs	24.5	-	(6.075)	-	(6.075)
"Swap"	24.5	-	(36.090)	-	(36.090)
Total		-	(42.165)	-	(33.272)

Consolidado

<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	11.900	11.900
Passivos:					
NDFs	24.5	-	(3.430)	-	(3.430)
"Swap"	24.5	-	(36.090)	-	(36.090)
Total		-	(39.520)	-	(27.620)

Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)

<u>Controladora</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	5.318	5.318
Passivos:					
NDFs	24.5	-	(20.757)	-	(20.757)
"Swap"	24.5	-	(528)	-	(528)
Total		-	(21.285)	5.318	(15.967)

Consolidado

<u>Instrumentos financeiros</u>					
Ativos:					
Contratos futuros	6	-	-	8.041	8.041
Passivos:					
NDFs	24.5	-	(20.510)	-	(20.510)
"Swap"	24.5	-	(498)	-	(498)
Total		-	(21.008)	8.041	(12.967)

Os instrumentos financeiros, mensurados a valor justo, da Companhia e de sua controlada são agrupados no Nível 2 e Nível 3.

O valor justo do nível 3 é estimado usando informações sobre preços de mercados menos ativos. Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados tanto inputs oriundos de mercados observáveis como não observáveis. Qualificam-se nesse nível os contratos de compra e venda de fertilizantes (commodities), contratos futuros, que são mensurados ao valor justo, mediante utilização de dados de mercado na data de apuração, referentes aos componentes que formam os preços de negociação destas operações.

24.5. Instrumentos financeiros derivativos– NDF e Swap

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e não são utilizados para fins especulativos.

Controladora

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor nocional			Valor nocional		
	US\$	R\$	Valor justo	US\$	R\$	Valor justo
"Swap"	13.075	67.948	(6.075)	6.387	25.743	(528)
NDFs	80.000	415.736	(36.090)	141.500	570.344	(20.757)
Total ativo (passivo)			<u>(42.165)</u>			<u>(21.285)</u>

Consolidado

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor nocional			Valor nocional		
	US\$	R\$	Valor justo	US\$	R\$	Valor justo
"Swap"	15.562	80.871	(3.430)	9.862	39.750	(498)
NDFs	80.000	415.736	(36.090)	144.500	582.436	(20.510)
Total ativo (passivo)			<u>(39.520)</u>			<u>(21.008)</u>

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado do exercício, considerando o valor justo desses instrumentos.

Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Marcação a mercado de "swap"	(5.547)	(2.466)	(2.932)	(2.113)
Marcação a mercado de NDFs	(15.333)	(24.706)	(15.580)	(26.216)
Perdas (ganhos) realizados líquidos de NDFs	159.168	21.670	167.114	22.830
	<u>138.288</u>	<u>(5.502)</u>	<u>148.602</u>	<u>(5.499)</u>

25. SEGUROS

Abaixo demonstramos os seguros atualmente contratados pela Companhia, assim como sua cobertura:

<u>Risco</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vencimento</u>
Risco operacional	R\$81.030	28/06/2021
Responsabilidade civil	R\$10.664	30/04/2021
D&O	R\$28.000	30/04/2021
Transporte internacional	US\$10.000	31/08/2021
Seguro garantia	R\$3.822	25/09/2022

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2020

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$27.548 (controladora) e R\$37.154 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R\$1.770 (controladora e consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.

Resumo das transações que não afetaram o caixa em 2019

- Constituição de ajuste a valor presente entre a rubrica "estoques" e a rubrica "Partes relacionadas", no montante de R\$23.764 (controladora) e R\$31.472 (consolidado).
- Constituição de arrendamento mercantil entre a rubrica "direito de uso" e a rubrica de "arrendamento mercantil", no montante de R\$3.387 (controladora) e R\$5.920 (consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 18.
- Reclassificação de adiantamentos à fornecedores entre a rubrica "imobilizado" e a rubrica de "fornecedores", no montante de R\$1.635 (controladora e consolidado), conforme descrito na nota explicativa nº 11.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 19 de fevereiro de 2021, a Agro Industrial, controlada da Companhia, celebrou Contrato de Promessa de Compra e Venda para aquisição de uma unidade produtiva da Fertilizantes Heringer S.A – Em Recuperação Judicial no município de Uberaba – MG. O preço ajustado da venda é R\$ 55.000. A conclusão da operação está sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 18 de março de 2021.